



CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE
CONSOLIDADA NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003**

**Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa**

Capital Social: 672.000.000 €

Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900

Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003

SUMÁRIO:

- **Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada do 1º Semestre de 2003**
- **Balanço Consolidado**
- **Demonstração Consolidada dos Resultados**
- **Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e Anexo**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
- **Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais**
- **Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas**
- **Relatório da Revisão Limitada elaborado por Auditor registado na CMVM sobre a Informação Semestral**

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Capital Social: 672.000.000 €
Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900
Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

**RELATÓRIO DE GESTÃO SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO
1º SEMESTRE DE 2003**

1. Enquadramento Macroeconómico

A economia da zona euro – afectada pelo fraco dinamismo do consumo privado, a queda do investimento, o aumento do desemprego e a contracção da procura externa – registou durante todo o primeiro semestre de 2003 um ritmo de expansão praticamente nulo, em clara divergência com a evolução verificada nos EUA, onde a taxa anual de crescimento do PIB aumentou de 1,4% no primeiro trimestre para 3,1% no segundo.

Na maior economia mundial, com a recuperação dos mercados accionistas, a perspectiva de manutenção, por um longo período de tempo, de condições de financiamento atractivas e o aumento dos níveis de confiança dos agentes económicos, começam a ser evidentes os sinais de retoma da actividade. A confirmar-se este cenário, a economia dos Doze deverá vir a beneficiar de um aumento da procura externa, favorecida ainda pela recente valorização do dólar face ao euro, o que, com o esperado aumento do consumo privado, potenciará a sua recuperação gradual, ainda que muito ligeira, ao longo do segundo semestre do corrente ano.

Em Portugal, há já três trimestres consecutivos que se regista uma contracção do PIB, com o sector da construção a ser dos mais atingidos. No entanto, alguns indicadores avançados sugerem que, perto do final do ano, se poderá observar alguma melhoria das condições económicas.

2. Vendas e Volume de Negócios

No primeiro semestre de 2003, as vendas de cimento e clínquer do Grupo CIMPOR totalizaram mais de 8,9 milhões de toneladas, registando um aumento de 10,3% em relação ao período homólogo do ano anterior. As novas unidades adquiridas na África do Sul e na região espanhola da Andaluzia contribuíram decisivamente para esta evolução, já que, sem as mesmas, e excluindo também as vendas efectuadas pelas fábricas do Grupo, em Portugal e na Galiza, às referidas unidades andaluzes, ter-se-ia verificado um decréscimo naquele volume de perto de 680 mil toneladas (8,4%).

Enquanto em Espanha, na África do Sul e, sobretudo, em Marrocos e Moçambique os mercados evoluíram favoravelmente, com os dois últimos a apresentarem taxas de crescimento de cerca de 11% e 25%, respectivamente, nos restantes países onde o Grupo está presente verificaram-se quedas mais ou menos significativas no consumo de cimento, com particular destaque para Portugal (-17,7%) e Brasil (-9,6%).

Vendas de Cimento e Clínquer
(em milhares de toneladas)

Áreas de Negócio	1º Sem. 2003	1º Sem. 2002	Var. %
Portugal	2 860	3 190	(10,4)
Espanha	1 743	747	133,5
Marrocos	394	344	14,7
Tunísia	757	793	(4,5)
Egipto	1 095	1 145	(4,3)
Brasil	1 571	1 700	(7,6)
Moçambique	271	198	36,9
África do Sul	478	-	-
Total Consolidado	8 937	8 099	10,3

As vendas de betões e agregados sofreram também importantes decréscimos (8,0% e 12,3%, respectivamente), inteiramente explicados pela crise do mercado português, já que em todas as outras Áreas de Negócio se verificou uma evolução mais ou menos positiva. Igualmente positiva, mesmo em Portugal, foi a evolução das vendas de argamassas, as quais aumentaram cerca de 3%.

Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produto / Áreas de Negócio	1º Sem. 2003	1º Sem. 2002	Var. %
Betão (1 000 m3)			
Portugal	1 750	2 140	(18,2)
Espanha	817	757	7,9
Out. Áreas de Negócio	208	119	74,8
Total	2 775	3 016	(8,0)
Agregados (1 000 ton)			
Portugal	4 362	5 223	(16,5)
Espanha	1 524	1 485	2,6
Total	5 885	6 707	(12,3)
Argamassas (1 000 ton)	218	211	3,1

O Volume de Negócios do Grupo, neste primeiro semestre de 2003, cifrou-se, em termos consolidados, em 654 milhões de euros, registando, apesar do alargamento do perímetro de consolidação, uma diminuição de 35 milhões de euros (5,1%) relativamente ao valor obtido no período homólogo do ano anterior.

Só em Portugal, fruto da já aludida evolução do mercado, e pese embora o significativo contributo das vendas efectuadas para as novas unidades adquiridas em Espanha, a queda do Volume de Negócios atingiu perto de 55 milhões de euros. Em consequência, a importância relativa desta Área de Negócios no valor total (consolidado) do referido indicador diminuiu de mais de 50% no primeiro semestre de 2002 para 45% nos primeiros seis meses do corrente ano.

Quanto às reduções verificadas na Tunísia, Egipto e Brasil, resultaram essencialmente do efeito conjunto da queda dos respectivos mercados e da forte valorização do euro relativamente às moedas daqueles países, que, em termos de câmbio médio do período, e em comparação com o primeiro semestre de 2002, atingiu 11,8%, 49,3% e 61,6%, respectivamente. Só no caso do Brasil, a não ter havido variação cambial, o respectivo Volume de Negócios ter-se-ia cifrado em mais 65 milhões de euros, ultrapassando em quase 23% o valor dos primeiros seis meses do ano transacto.

Contributos para o Volume de Negócios
(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócio	1º Semestre 2003		1º Semestre 2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	294,1	45,0	348,7	50,6	(54,6)	(15,7)
Espanha	140,3	21,4	83,3	12,1	57,0	68,3
Marrocos	26,2	4,0	23,3	3,4	2,9	12,2
Tunísia	27,4	4,2	31,1	4,5	(3,7)	(12,0)
Egipto	25,5	3,9	41,4	6,0	(15,8)	(38,3)
Brasil	106,3	16,2	139,9	20,3	(33,6)	(24,0)
Moçambique	18,1	2,8	16,2	2,4	1,9	11,7
África do Sul	30,2	4,6	-	-	30,2	-
Out. Actividades *	(13,9)	-	5,4	0,8	(19,3)	s.s.
Total Consolidado	654,3	100,0	689,5	100,0	(35,2)	(5,1)

* Inclui a dedução do valor das transacções entre Áreas de Negócio

De salientar o comportamento de Marrocos e de Moçambique, que, apesar das respectivas moedas se terem igualmente desvalorizado face ao euro, sobretudo no último caso, registaram importantes aumentos dos seus Volumes de Negócios, mesmo quando medidos na moeda europeia.

A África do Sul, também com excelente desempenho, representa já mais de 4% do Volume de Negócios consolidado do Grupo, ao passo que a Espanha, beneficiando do alargamento do seu perímetro de consolidação, é agora, em termos daquele indicador, a segunda maior Área de Negócio da CIMPOR.

3. Investimentos Realizados

No primeiro semestre do corrente ano, os investimentos corpóreos e incorpóreos do Grupo totalizaram 78,2 milhões de euros, correspondendo os montantes mais significativos a Portugal (16,2 milhões de euros, despendidos essencialmente na protecção/melhoria do meio ambiente e na aquisição e construção de instalações portuárias de armazenamento de clínquer e cimento destinados à exportação), Egipto e Brasil (com 31,7 e 13,3 milhões de euros, respectivamente, aplicados, sobretudo, na construção de novas linhas de produção).

4. Resultados

A queda do Volume de Negócios, traduzindo algum decréscimo do nível de actividade e originando, em consequência do mesmo, uma menor diluição dos custos fixos, conduziu a

uma diminuição de cerca de 27 milhões de euros tanto do *Cash Flow* Operacional como dos Resultados da Exploração, com as correspondentes margens a baixarem, relativamente aos primeiros seis meses do ano transacto, de 39,8% para 37,8% e de 23,6% para 20,8%, respectivamente.

A diminuição do *Cash Flow* Operacional foi, pelos motivos já apontados, particularmente significativa em Portugal, cifrando-se em perto de 37 milhões de euros (correspondentes a um decréscimo de 25,7%), com a respectiva margem a cair quase 5 p.p., não só por aqueles motivos mas também pelo menor valor acrescentado das vendas de clínquer.

À excepção de Portugal e Espanha, todas as Áreas de Negócio aumentaram as suas margens *EBITDA*, sendo de destacar as evidentes melhorias conseguidas na Tunísia e em Moçambique, onde os respectivos valores estão já muito mais próximos do da média do Grupo. Quanto à ligeira descida observada em Espanha, é facilmente explicada pelo menor preço de venda do cimento na região da Andaluzia (comparativamente à Galiza) e, sobretudo, pelo facto de as novas unidades adquiridas naquela região não terem suficiente capacidade de produção de clínquer, necessitando de o adquirir a terceiros ou a outras unidades do Grupo.

Cash Flow Operacional (EBITDA)
(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócio	1º Semestre 2003		1º Semestre 2002		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	107,1	36,4 %	144,0	41,3 %	(36,9)	(25,7)
Espanha	41,1	29,3 %	26,2	31,4 %	15,0	57,3
Marrocos	11,2	42,9 %	9,9	42,3 %	1,3	13,7
Tunísia	6,5	23,8 %	5,6	18,0 %	0,9	15,9
Egipto	7,7	30,0 %	11,1	26,8 %	(3,4)	(30,8)
Brasil	56,1	52,8 %	73,6	52,6 %	(17,5)	(23,8)
Moçambique	4,7	25,9 %	1,6	10,0 %	3,1	188,7
África do Sul	13,0	43,0 %	-	-	13,0	s.s.
Out. Actividades	(0,1)	-	2,3	-	(2,4)	s.s.
Total	247,3	37,8 %	274,3	39,8 %	(27,0)	(9,9)

A diminuição do *Cash Flow* Operacional das Áreas de Negócio do Egipto e do Brasil deve-se exclusivamente à depreciação das respectivas moedas face ao euro, já que, na ausência destas variações cambiais, ambas teriam registado uma evolução positiva, em particular o Brasil que, em moeda local, viu aquele indicador aumentar em mais de 20%.

Contrariamente ao verificado no primeiro semestre de 2002, onde houve a necessidade de constituir/reforçar um conjunto de provisões, nos primeiros seis meses do corrente ano foi possível reduzir alguns excessos de provisões, o que, em conjunto com uma importante anulação de custos relativos a exercícios anteriores, permitiu que o total dos Resultados Financeiros e Extraordinários passasse de um valor negativo de cerca de 16,4 milhões de euros para um valor praticamente nulo.

Esta evolução, aliada à redução dos Impostos sobre o Rendimento, conduziu a que os Resultados Líquidos Consolidados, após Interesses Minoritários, acabassem por se situar

ligeiramente acima (1,5%) dos registados no primeiro semestre de 2002, fixando-se em 90,3 milhões de euros.

Desdobramento dos Resultados Consolidados

(valores em milhões de euros)

	1º Sem. 2003	1º Sem. 2002	Var. %
Volume de Negócios	654,3	689,5	(5,1)
Cash Costs Operacionais	407,0	415,2	(2,0)
Cash Flow Operacional	247,3	274,3	(9,9)
Amortizações e Provisões	111,0	111,4	(0,4)
Resultados Operacionais	136,3	162,9	(16,3)
Resultados Financeiros	(17,1)	(7,5)	s.s.
Resultados Extraordinários	16,9	(9,0)	s.s.
Impostos sobre o Rendimento	41,8	54,8	(23,7)
Interesses Minoritários	4,0	2,7	50,3
Resultados Líquidos do Grupo	90,3	89,0	1,5

5. Situação Financeira

Em relação ao final do ano transacto, a estrutura financeira do Grupo praticamente não se alterou, tendo o rácio de autonomia financeira, apesar da forte distribuição de dividendos e da depreciação da libra egípcia, aumentado de 28,4% em 31 de Dezembro de 2002 para 28,6% em 30 de Junho de 2003.

Síntese do Balanço Consolidado do Grupo

(valores em milhões de euros)

	30 Jun 2003		31 Dez 2002	
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO LÍQUIDO				
Imobilizado	2 275,7	71,3	2 379,4	71,3
Circulante	783,7	24,5	814,5	24,4
Acréscimos e Diferimentos	133,8	4,2	143,9	4,3
Total	3 193,1	100,0	3 337,9	100,0
CAPITAL PRÓPRIO	913,1	28,6	949,6	28,4
Interesses Minoritários	82,0	2,6	88,5	2,6
PASSIVO	2 198,0	68,8	2 299,8	68,9
Total	3 193,1	100,0	3 337,9	100,0

6. Perspectivas da Actividade do Grupo

Em Portugal, o recente abrandamento do ritmo de queda dos novos pedidos de licenças permite antecipar uma clara desaceleração, já observada em Maio e Junho, da tendência de redução do consumo de cimento, o qual, no conjunto do ano, se deverá saldar por um decréscimo de aproximadamente 13% (em contraste com os quase 18% registados no primeiro semestre).

Esta perspectiva, bem como a subida dos preços médios de venda no Egipto, a recente depreciação do euro relativamente à generalidade das moedas dos países onde o Grupo está presente e a esperada continuação do bom desempenho das Áreas de Negócio de Espanha, Marrocos, África do Sul e Moçambique, sugerem que, no final do ano, tanto o *Cash Flow* Operacional como os Resultados Antes de Impostos possam ultrapassar os valores registados pelo Grupo em 2002.

7. Comportamento das Acções em Bolsa

Considerando a operação de alteração do valor nominal da totalidade das acções representativas do capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de cinco euros para um euro, efectuada junto da Central de Valores Mobiliários em 11 de Abril de 2003, na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral de accionistas de 31 de Janeiro último, foram transaccionadas, na Euronext Lisboa, durante os primeiros seis meses de 2003, o equivalente a cerca de 32,8 milhões de acções da CIMPOR (do novo valor nominal), as quais, no final do semestre, se encontravam cotadas a 3,31 euros, o que reflecte uma valorização de cerca de 3,4% relativamente a 31 de Dezembro de 2002 (em contraste com a ligeira subida, de apenas, 0,3%, registada pelo índice PSI20 no mesmo período).

No final do ano transacto, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 1.196.911 acções próprias, de valor nominal cinco euros, correspondentes, dado o *stock split* entretanto efectuado, a 5.984.555 acções de valor nominal um euro. Durante os primeiros seis meses do corrente ano, previamente à operação de *stock split*, adquiriu – no âmbito da gestão corrente da referida carteira e em cumprimento de uma decisão do Conselho de Administração de recompra, a diversos colaboradores, das acções que lhes haviam sido anteriormente atribuídas – um total de 142.886 acções, ao preço médio de 16,72 euros. Durante o mesmo período, alienou ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., um lote de 185.000 acções, de valor nominal cinco euros, ao preço unitário de 16,15 euros, e a diversos colaboradores do Grupo, ao abrigo do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores entretanto aprovado, o equivalente a um total de 242.610 acções, de valor nominal um euro, ao preço médio de 3,02 euros. Assim, no final do semestre, a CIMPOR detinha em carteira 5.531.375 acções próprias, correspondentes a cerca de 0,82% do respectivo capital social.

8. Eventos Mais Significativos (Incluindo Eventos Posteriores)

8.1. Em 31 de Janeiro de 2003, realizou-se uma Assembleia Geral de accionistas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um: Deliberar sobre a alteração do contrato social, nos seguintes termos:
- a) modificação dos artigos 4º e 7º;
 - b) aditamento de um novo artigo 12º-A;
 - c) modificação do n.º 2 do artigo 14º;
 - d) modificação do n.º 2 do artigo 18º;
 - e) eliminação do Capítulo VI – Disposições Transitórias e supressão do artigo 22º do contrato social.
- Ponto dois: Deliberar sobre a revogação dos n.ºs 5 a 8, 10, 12-b) e 13 do artigo 7º e do artigo 8º do contrato de sociedade.

- Ponto três: Deliberar sobre o aditamento de um novo artigo 10º-A ao actual contrato de sociedade.
- Ponto quatro: Deliberar sobre a alteração ao n.º 4 e aditamento dos n.ºs 5 e 6 ao artigo 12º do actual contrato de sociedade.
- Ponto cinco: Deliberar sobre o aditamento de três novos números ao corpo do artigo 13º do actual contrato de sociedade.
- Ponto seis: Deliberar sobre o aditamento de um n.º 3 ao artigo 15º do actual contrato de sociedade.
- Ponto sete: Deliberar sobre o aditamento de uma nova secção V ao capítulo III e de um artigo 19º-A ao actual contrato de sociedade.

As propostas de alteração dos estatutos da sociedade apresentadas pelo Conselho de Administração e incluídas no ponto um da ordem de trabalhos viriam a ser todas aprovadas, enquanto as propostas apresentadas pela accionista Secilpar, S.L., no âmbito dos restantes pontos da agenda (aditados à mesma a seu requerimento), não o foram.

No seguimento das deliberações tomadas na referida Assembleia Geral, foi, entretanto, outorgada a escritura de alteração do valor nominal das acções e do número de acções emitidas, tendo sido igualmente efectuados os registos comerciais de todas as alterações introduzidas no contrato de sociedade.

No passado dia 11 de Abril, e na sequência dos referidos actos, a CIMPOR procedeu junto da Central de Valores Mobiliários ao *stock split* do seu capital social – o qual passou a estar representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um euro – mediante a atribuição a cada accionista de cinco novas acções por cada acção (com o valor nominal de cinco euros) anteriormente detida.

- 8.2. Em Janeiro de 2003, foi constituída uma nova sociedade de direito egípcio, denominada “Cement Services Company, S.A.E.”, destinada à realização de estudos e à prestação de todo o tipo de serviços (designadamente de natureza técnica, financeira, económica, comercial e administrativa), com um capital social de EGP 250.000, repartido pelas seguintes sociedades:
- CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (45%);
 - Amreyah Cement Company, S.A.E. (45%); e
 - Cimpor Egypt for Cement, S.A.E. (10%).
- 8.3. Em 7 de Fevereiro de 2003, a Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., aumentou o respectivo capital social de 680.000 milhões de meticais para 1.000.000 milhões de meticais, através da emissão, ao par, de 32 milhões de novas acções com o valor nominal de 10.000 meticais cada. Na sequência deste aumento de capital, com subscrição reservada aos accionistas, a CIMPOR Internacional passou a deter cerca de 65,4% do capital da Cimentos de Moçambique.
- 8.4. Em 14 de Maio de 2003, realizou-se a Assembleia Geral anual da sociedade, tendo sido aprovadas todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, designadamente a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2002, a qual previa o pagamento de um dividendo de 0,16 euros por acção.

Foram ainda aprovadas, no ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, propostas de destituição da Secilpar, S.L., e pessoa por esta designada para o exercício em nome próprio do cargo de administrador, e de votos de confiança relativamente a todos os demais membros dos órgãos de fiscalização e administração.

A Secilpar, S.L., viria, em 16 de Maio de 2003, a requerer providência cautelar de suspensão das deliberações, tomadas na referida Assembleia Geral, de desconfiança e destituição daquela sociedade do cargo de administrador da CIMPOR, o que foi objecto de contestação por parte desta última.

- 8.5. Em 16 de Maio de 2003, a CIMPOR celebrou um contrato com vista à subscrição de 145.000.000 acções, representativas de 58% do respectivo capital, da sociedade de direito nigeriano “Socomi International CFTZ”, cuja actividade consiste na importação, exportação e comercialização, moagem e ensacagem de cimento.
- 8.6. Durante o mês de Junho, foram contratadas duas novas operações de financiamento, visando o pagamento de parte da dívida vincenda e o alargamento do respectivo perfil de maturidades, num valor total de 645 milhões de euros: um Empréstimo Sindicado, no montante de 300 milhões de euros, pelo prazo de cinco anos e com um *spread* de 50 p.b. sobre a Euribor; e dois *US Private Placements*, um no valor de 150 milhões de dólares, a dez anos, à taxa de 4,75% e outro no montante de 254 milhões de dólares, a doze anos, à taxa de 4,90%.
- 8.7. Em 28 de Julho de 2003, a sociedade de direito espanhol “Hormigones Hércules, S.L.”, pertencente ao Grupo CIMPOR, adquiriu, na região da Andaluzia, uma pedreira e sete centrais de betão pronto, com vendas anuais de cerca de 450 mil toneladas de agregados e 500 mil metros cúbicos de betão, respectivamente.
- 8.8. Em 31 de Julho de 2003, realizou-se uma Assembleia Geral de accionistas, onde:
 - a) foi reiterada, a título cautelar (tendo em vista a hipótese de se considerar que a Secilpar, S.L., alguma vez teve a qualidade de administrador da CIMPOR), a deliberação tomada na assembleia geral de 14 de Maio de 2003 de destituição da Secilpar, S.L., do referido cargo de administrador, e renovada, para a hipótese (que se tem por não verificada) de se considerar que tal deliberação haja sido afectada por alguma invalidade, nesse caso substituindo-a com os efeitos legais;
 - b) foi deliberado considerar sem qualquer efeito a pretensa nomeação da pessoa singular entretanto indicada pela Secilpar, S.L., para exercer, em nome próprio, o cargo de administrador da CIMPOR ou outra nomeação que seja efectuada pela mesma sociedade e, em qualquer caso, a título cautelar (para a hipótese de se considerar que alguma vez aquela nomeação produziu algum efeito), destituir daquele cargo a referida pessoa singular;
 - c) foi eleito para o exercício do cargo de administrador da CIMPOR, ao abrigo das regras constantes do artigo 12º-A dos estatutos da sociedade, o Exmo. Sr. Dr. Vicente Arias Mosquera.

- 8.9. Em 27 de Agosto de 2003, a CIMPOR foi citada para contestar providência cautelar, requerida pela Secilpar, S.L., de suspensão das deliberações sociais tomadas na Assembleia Geral de 31 de Julho, o que entretanto fez.

Lisboa, 22 de Setembro de 2003

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede da sociedade.

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. - GRUPO

Balancos consolidados em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002					
			Junho 2003		(milhares de euros)
	NOTAS	ACTIVO BRUTO	AMORT.E PROV.ACUMUL.	ACTIVO LÍQUIDO	Dezembro 2002
					ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO					
IMOBILIZADO:					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	27	10.194,5	7.471,0	2.723,5	1.813,9
Despesas de investigação e desenvolv.	27	17.153,0	16.699,7	453,3	435,4
Propriedade ind. e outros direitos	27	8.172,4	4.018,6	4.153,8	3.870,1
Imobilizações em curso	27	298,8	-	298,8	81,1
Diferenças de consolidação	10, 27	1.259.471,5	333.446,9	926.024,6	956.335,0
		1.295.290,2	361.636,2	933.654,0	962.535,5
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	27, 42	207.742,5	31.719,6	176.022,9	182.333,5
Edifícios e outras construções	27, 42	1.084.382,3	783.519,4	300.862,9	318.581,4
Equipamento básico	27, 42	2.564.126,7	2.019.582,0	544.544,7	621.290,3
Equipamento de transporte	27, 42	70.310,5	59.977,5	10.333,0	11.872,1
Ferramentas e utensílios	27, 42	6.751,8	5.507,8	1.244,0	1.539,7
Equipamento administrativo	27, 42	43.532,9	33.795,1	9.737,8	10.583,0
Taras e vasilhame	27, 42	134,2	116,4	17,8	18,0
Outras imobilizações corpóreas	27, 42	8.077,0	5.766,4	2.310,6	2.396,9
Imobilizações em curso	27	163.027,7	-	163.027,7	103.832,4
Adiant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	23.325,5	-	23.325,5	47.683,7
		4.171.411,1	2.939.984,2	1.231.426,9	1.300.131,0
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes capital empresas associadas	18, 27 e 36	51.573,1	-	51.573,1	54.124,5
Partes capital em outras emp. participadas	27, 46	55.101,1	3.959,7	51.141,4	54.259,2
Empréstimos a outras emp. participadas	27, 46	481,1	380,0	101,1	89,7
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46	12.819,1	5.169,0	7.650,1	8.130,7
Outros empréstimos concedidos	27	160,4	-	160,4	169,8
		120.134,8	9.508,7	110.626,1	116.773,9
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa		13.217,8	13.086,4	131,4	253,8
Empresas associadas		7.022,9	6.877,2	145,7	420,7
Empresas participadas e participantes		974,9	-	974,9	977,2
Outros accionistas		282,9	282,9	-	-
Estado e outros entes públicos	52	2.300,6	-	2.300,6	1.895,6
Outros devedores		3.967,6	482,1	3.485,5	5.114,5
	46	27.766,7	20.728,6	7.038,1	8.661,8
CIRCULANTE:					
EXISTÊNCIAS:					
Matérias-primas, subprod., e de consumo		89.438,6	5.979,4	83.459,2	84.804,0
Produtos e trabalhos em curso		29.794,7	1.039,1	28.755,6	29.587,8
Subprod., desperdícios, etc.		27,2	15,4	11,8	45,0
Produtos acabados e intermédios		10.230,6	1.224,4	9.006,2	15.684,1
Mercadorias		9.604,5	2.223,9	7.380,6	4.360,9
Adiantamentos p/conta de compras		2.145,5	-	2.145,5	463,3
	46	141.241,1	10.482,2	130.758,9	134.945,1
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Clientes, c/c		216.777,2	224,5	216.552,7	187.539,6
Clientes - Títulos a receber		1.931,4	-	1.931,4	1.670,4
Clientes de cobrança duvidosa		42.416,8	39.784,7	2.632,1	2.926,9
Empresas associadas		172,8	-	172,8	377,2
Empresas participadas e participantes		433,7	-	433,7	1.623,3
Outros accionistas		25,7	-	25,7	-
Adiantamentos a fornecedores		649,7	-	649,7	3.067,4
Adiantam. forneced. imobilizado		178,4	-	178,4	297,9
Estado e outros entes públicos	52	51.285,0	-	51.285,0	54.759,3
Outros devedores		30.750,1	538,3	30.211,8	46.887,9
	46	344.620,8	40.547,5	304.073,3	299.149,9
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:					
Outros títulos negociáveis	46	141.049,0	4.397,6	136.651,4	243.257,2
Outras aplicações tesouraria		88.613,8	-	88.613,8	81.425,9
	54	229.662,8	4.397,6	225.265,2	324.683,1
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					
Depósitos bancários		115.885,5	-	115.885,5	43.003,4
Caixa		640,9	-	640,9	4.092,4
		116.526,4		116.526,4	47.095,8
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acrescimos de proveitos		850,3	-	850,3	249,8
Custos diferidos		6.194,0	-	6.194,0	1.582,7
Activos por impostos diferidos	38	126.716,1	-	126.716,1	142.050,6
		133.760,4		133.760,4	143.883,1
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			3.301.620,4		
TOTAL DE PROVISÕES			85.664,6		
TOTAL DO ACTIVO					
		6.580.414,3	3.387.285,0	3.193.129,3	3.337.859,2

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. - GRUPO

Balancos consolidados em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002			
		(milhares de euros)	
	NOTAS	Junho 2003	Dezembro 2002
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	50, 51	672.000,0	672.000,0
Acções próprias :			
Valor nominal	51	(5.531,4)	(5.984,6)
Descontos e prémios	51	(12.479,6)	(13.259,9)
Diferenças de consolidação	51	(13.541,4)	(13.541,4)
Ajust. de part. de capit. em filiais e assoc.	18, 51	(6,9)	1.199,7
Reservas de reavaliação	42, 51	68.942,5	73.587,3
Reserva legal	51	67.200,0	58.300,0
Reserva de conversão cambial	51	(370.790,9)	(353.603,3)
Outras reservas	51	173.979,4	173.944,2
Resultados transitados	51	243.020,2	180.371,6
Resultado líquido do período	51	90.262,1	176.563,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		913.054,0	949.576,8
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	82.031,4	88.450,2
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	46	117.975,3	118.733,3
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	8.925,8	9.849,1
Dívidas a instituições de crédito	56	1.244.402,4	949.084,9
Fornecedores, c/c		1,4	10,9
Empresas participadas e participantes		3,5	1.775,4
Outros accionistas		12,2	12,2
Outros empréstimos obtidos	56	9.506,1	9.630,8
Fornecedores de imobilizado, c/c		31.102,6	18.446,7
Outros credores		476,9	623,6
		1.294.430,9	989.433,6
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	56	423.563,0	552.072,1
Adiantamentos p/c de vendas		3.623,4	1.769,8
Fornecedores, c/c		94.547,8	97.518,1
Fornecedores-fact. em recep.e conferência		8.469,3	1.754,3
Fornecedores - títulos a pagar		24.964,6	20.604,0
Fornecedores de imobilizado - tit.a pagar		3.754,4	225.373,3
Empresas associadas		273,0	251,2
Empresas participadas e participantes		-	296,9
Outros accionistas		2.806,6	1.889,3
Adiantamentos de clientes		1.220,4	1.857,0
Outros empréstimos obtidos	56	188,2	304,8
Fornecedores de imobilizado - c/c		16.423,3	51.767,5
Estado e outros entes públicos	52	44.305,8	36.696,5
Outros credores		23.042,9	15.500,2
		647.182,7	1.007.655,0
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	53	32.523,5	59.679,7
Proveitos diferidos		7.083,0	7.566,0
Passivos por impostos diferidos	38	98.848,5	116.764,6
		138.455,0	184.010,3
TOTAL DO PASSIVO		2.198.043,9	2.299.832,2
TOTAL DO CAP. PRÓPRIO DOS INT. MINORIT. E DO PASSIVO		3.193.129,3	3.337.859,2

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003.

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. - GRUPO

Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas para os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002

(milhares de euros)

	NOTAS	Junho 2003	Junho 2002
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:			
Mercadorias		22.524,6	53.705,9
Matérias		125.398,9	106.143,9
Fornecimentos e serviços externos		176.405,7	159.849,8
Custos com o pessoal			183.237,3
Remunerações		53.934,7	47.627,3
Encargos sociais:			
Pensões	21	1.792,8	7.496,8
Outros		21.893,6	20.270,4
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	103.864,6	75.394,5
Provisões	46	7.094,9	106.518,6
Impostos		2.278,2	4.908,7
Outros custos e perdas operacionais		805,8	4.566,2
(A)		3.084,0	896,9
Perdas relativas a empresas associadas	44	79,0	515.993,8
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	20,1	598,3
Juros e custos similares	44	62.333,9	20,1
(C)		62.433,0	50.795,3
Custos e perdas extraordinários	45	578.426,8	51.413,7
(E)		5.658,0	586.785,7
Imposto s/rendimento	36, 38 e 58	584.084,8	36.896,7
Interesses minoritários	36, 55	41.820,0	623.682,4
(G)		4.024,9	54.825,7
Resultado líquido do período		629.929,7	2.677,7
		90.262,1	681.185,8
		720.191,8	88.954,9
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas:			
Mercadorias		4.026,4	14.506,5
Produtos		631.279,1	647.484,3
		635.305,5	661.990,8
Prestações de serviços	36	18.961,8	27.520,1
Variação da produção		654.267,3	689.510,9
Trabalhos para a própria empresa		(7.884,7)	295,2
Proveitos suplementares		389,1	674,5
Outros proveitos e ganhos operacionais		5.389,6	5.896,2
(B)		143,9	1.864,1
Ganhos de participações de capital:		5.533,5	7.760,3
Relativos a empresas associadas	44	2.408,6	652.305,2
Relativos a outras empresas	44	1.952,2	698.240,9
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44	314,4	671,8
Outros juros e proveitos similares	44	40.672,4	1.855,3
(D)		45.347,6	325,5
Proveitos e ganhos extraordinários	45	697.652,8	742.194,2
(F)		22.539,0	27.946,5
		720.191,8	770.140,7
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =		136.311,4	162.868,9
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =		(17.085,4)	(7.460,4)
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =		119.226,0	155.408,5
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =		136.107,0	146.458,3
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO: (F)-(G) =		90.262,1	88.954,9

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002

(milhares de euros)			
	Notas	Junho 2003	Junho 2002
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		640.758,3	673.442,4
Pagamentos a fornecedores		(326.458,8)	(339.007,0)
Pagamentos ao pessoal		(93.218,6)	(90.741,1)
Fluxo gerado pelas operações		221.080,9	243.694,3
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(11.871,9)	(21.675,3)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		1.394,1	2.446,1
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		210.603,1	224.465,1
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		974,8	4.346,6
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(1.299,0)	(2.715,0)
Fluxos das actividades operacionais (1)		210.278,9	226.096,7
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		9.084,3	231,7
Imobilizações corpóreas		5.944,1	18.240,7
Imobilizações incorpóreas		4,7	3,4
Subsídios de investimento		407,7	5,8
Juros e proveitos similares		25.001,3	39.269,1
Dividendos		1.952,2	2.043,0
Outros		7.680,7	341,7
		50.075,0	60.135,4
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro	1	(220.400,0)	(152.379,3)
Investimentos financeiros		(845,9)	(3.079,4)
Imobilizações corpóreas		(82.092,7)	(88.017,6)
Imobilizações incorpóreas		(2.613,4)	(544,0)
Outros		(3.719,1)	(82,2)
		(309.671,1)	(244.102,5)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(259.596,1)	(183.967,1)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		977.650,0	206.706,3
Venda de acções próprias		3.685,9	2.160,8
Outros		-	4.245,7
		981.335,9	213.112,8
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(814.112,0)	(221.241,3)
Juros e custos similares		(67.016,7)	(45.900,6)
Dividendos		(104.174,3)	(86.807,5)
Aquisição de acções próprias		(2.389,4)	-
		(987.692,4)	(353.949,4)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.356,5)	(140.836,6)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(55.673,7)	(98.707,0)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias		2.669,2	(29.732,0)
Caixa e seus equivalentes no início do período		344.926,2	181.598,0
Caixa e seus equivalentes no fim do período		291.921,7	53.159,0

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003.

Anexo à demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2003

1. O montante de 220.400 milhares de euros respeita à liquidação da dívida pela aquisição, em 2002, dos activos cimenteiros em Córdova , Niebla e Sevilha ("Andaluzia").

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	(milhares de euros)	
	Junho 2003	Junho 2002
Numerário	640,9	1.450,0
Depósitos bancários à ordem	115.885,5	34.341,0
Equivalentes a caixa	225.265,2	60.199,0
Descobertos bancários	(49.869,9)	(42.831,0)
Caixa e seus equivalentes constantes no balanço	291.921,7	53.159,0

3. Créditos bancários não sacados

Em 30 de Junho de 2003, existiam aproximadamente 236,2 milhões de euros de créditos bancários concedidos às empresas do grupo e não sacados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2003

(valores expressos em milhares de euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul (“Grupo Cimpor”).

O Grupo Cimpor, em resultado da reorganização efectuada em 2002, detém as suas participações distribuídas pelas seguintes Sub-Holdings; (i) Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações das sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; (ii) Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações das sociedades sediadas no estrangeiro (à excepção de Moçambique); (iii) Cimpor Internacional, SGPS, S.A., que detém as participações das sociedades sediadas em Moçambique e (iv) Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., que concentra as participações não relacionadas com a actividade cimenteira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

Nota 1. Empresas Incluídas na Consolidação

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (à excepção das referidas na Nota 2.) e as associadas em que se exerce uma influência dominante.

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
HOLDING E SUB-HOLDINGS		
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, S.G.P.S., SA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00
ÁREA DE CIMENTO (Portugal)		
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte – S.Pedro Fins – Maia 4449 - 909 Ermesinde	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	89,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, Lda. Canada das Murtas, Pico da pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00
ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS (Portugal)		
CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos – Beljardim 9760 - 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR-AGREG. E EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão – Furadouro 3150 - 999 Condeixa-a-Nova	100,00
JOFERBETÃO	JOFERBETÃO, Lda. Mirouços – Sítio da Capa Rota São Pedro de Penaferrin 2710 Sintra	97,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima – Est. de Albarraque – Linhó 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 LISBOA	89,00
FENOP	FENOP - BETÃO PRONTO, S.A. Quinta dos Caldinhos, Flôr da Mata 2840 Seixal	88,20
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. R Qtª Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2º 2795 - 632 Carnaxide	66,44

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
SOPAB	SOPAB - SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO DE AREIAS E BRITAS, Lda. Lugar do Campo Grande – Esmoriz 3885-530 Esmoriz	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, Lda. R Qtª Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2º- 2795 - 632 Carnaxide	50,00
JOBRITA	JOBRITA - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, S.A. R. Vaz Monteiro, 192 – R/c Esq 2580 - 505 Carregado	66,44
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 – R/C Esq. 2580 - 505 Carregado	66,44
M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Travessa do Alecrim, 1 – 2º 1200 - 019 Lisboa	66,44
BETOURÉM	BETOURÉM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BETÃO, Lda. Barroca Branca, Areias Gondemaria, Ourém	89,00
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	50,00
BETANTEROS	BETANTEROS - SOCIEDADE DE FABRICO E COMERCIALIZAÇÃO DE BETÕES, S.A. S. Fraústo – Estrada de Braga, Km 164,5 5400 - 283 Chaves	50,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO DA REGIÃO ALENTEJO, S.A. Qtª da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7000 - 505 Évora	50,00
BETEJO	BETEJO - SOCIEDADE DE BETÕES, S.A. Av. Do Bocage, nº 21, 8º Esq. 2830 Barreiro	50,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
BARBETÃO	BARBETÃO – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BETÃO, S.A. Matas, Gamelinhas, Apartado 219 3780 - 401 Avelãs de Cima, Anadia	100,00
ÁREA DE PREFABRICADOS (Portugal)		
VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, Lda. Feiteira – Seixezelo - V. N. Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpopor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)		
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
T.P.A.	T.P.A. - TRANSPORTES STº. ANDRÉ, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
TRATER	TRATER - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Edifício Ulisses, R/C Esq. – Almoinha – Castelo 2970 - 135 Sesimbra	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, Lda. Casal da Luz – Bairro – Óbidos 2510 Óbidos	100,00
CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO ADJUVANTES PARA CIMENTO, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpopor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 – 551 Soure	100,00
KANDMAD	KANDMAD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º sala 103, Sé 9000 – 060 Funchal	99,93

ÁREA INTERNACIONAL**ESPAÑA**

CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
C.N. HORMIGONES Y ARIDOS	CORPORACION NOROESTE DE HORMIGONES Y ARIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
ANDALUCIA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCIA, S.A. Av. De la agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,51

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,51
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,51
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,49
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,23
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	90,29

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – GRUPO

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	74,10
HORMIGONES MARIÑA	HORMIGONES MARIÑA, S.L. Carretera Santander – Ferrol. Lugar de Camba Municipio de Xove 27 870 Lugo	69,77
HORMINGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ARIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,76
ARICOSA	ARIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,19
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	37,04
MARROCOS		
ASMENT DE TÉMARA	ASMENT DE TEMARA AIN Attig – Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
TUNÍSIA		
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CEMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère, Tunisie	100,00
BRASIL		
C.C.B.	COMPANHIA DE CIMENTOS DO BRASIL, S.A. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	99,63
ATOL	COMPANHIA DE CIMENTO ATOL, S.A. Fazenda S. Sebastião Alagoas-S. Miguel dos Campos	100,00

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – GRUPO

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CIMEPAR	COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND, S.A. Fazenda da Graça – Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraíba – Brasil	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL, Lda. Av. M ^a Coelho Aguiar, 215 BI E – 8 ^o J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00
MOÇAMBIQUE		
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2 ^o , n ^o 1 Maputo – Caixa Postal 270	65,41
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	99,05
PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Av ^a 24 de Julho, 2096, 4 ^o Andar Maputo	81,19
EGIPTO		
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat – Borg El Arab City P. ^o Box 21511 Alexandria	96,19
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat – Borg El Arab City P. ^o Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,14
ÁFRICA DO SUL		
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	99,80
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	99,80

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
SRT	THE SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South Africa	99,80
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) – CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	99,80

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED IFSC House, Custom House Quincy – Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Drentestraat, 24 1083 HR Amesterdam	100,00
PENROD	PENROD INVESTMENTS LIMITED Suite 9.4.1.B – Europort – Gibraltar	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	100,00
RETNOBA	RETNOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
FIVACAR	97 2000 FIVACAR, S.L. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – GRUPO

SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 – 1º 36201 Vigo	84,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. – SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00

Nota 2. Empresas Excluídas da Consolidação

As filiais excluídas da consolidação por se encontrarem inactivas ou por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES		
MOÇAMBIQUE		
C.C. MOÇAMBIQUE	COMPANHIA DOS CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	86,02
IMOPAR	IMOPAR-IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Avª 24 de Julho, 2096, 4º Andar Maputo	95,00

Os investimentos financeiros nestas entidades encontram-se registados ao custo deduzido de uma provisão para as perdas estimadas na sua realização.

Nota 3. Empresas Associadas

As empresas associadas que, em 30 de Junho de 2003, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23 c)), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
Área de Cimento (Portugal)		
SEMAPA	SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º 1069-107 Lisboa	20,02

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – GRUPO

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
-------	------------	---

Área de Cimento (Portugal)

CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, Lda. Estrada Monumental, 433 – São Martinho 9000-236 Funchal	42,86
------------------	--	-------

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)

PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, Lda. Aldeia de Paio Pires – Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE, RESÍDUOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpopor 2685 - 378 Prior Velho	25,00
NUNO MESQUITA PIRES	NUNO MESQUITA PIRES, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 – 1º 2900 – 459 Setúbal	25,00

ÁREA INTERNACIONAL - ESPANHA

CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Malaga	20,00
--------------------	---	-------

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 – Portola British Virgin Island	34,71
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00

A Cimentos Madeira detém participações nas seguintes entidades da área de betão preparado e agregados, as quais se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial:

BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S.Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, Lda. Fundoa de Cima – S.Roque 9000 - 801 Funchal	21,86

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉC. DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
SANIMAR – MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

Nota 4. Empresas Associadas Contabilizadas ao Custo

As empresas associadas registadas ao custo, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA INTERNACIONAL - ESPANHA		
HORMIGONES CELANOVA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Crta. de Casasoá, km. 0,1 – La Caseta - Celanova Orense	39,35
ÁREA INTERNACIONAL - EGIPTO		
ERMCC	EXPRESS READY MIX CONCRETE COMPANY 23, Talat Harb ST. - Cairo	28,86
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES		
ETG	ETG - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Rua Corpo Santo, nº 6 – 2º 1200 Lisboa	44,90
SGS	SGS - INDÚSTRIAS DE MADEIRA, S.A. Pico do Cardo – S. António 9000 Funchal	35,00

Nota 5. Empresas Consolidadas pelo Método de Consolidação Proporcional

A seguinte empresa participada está consolidada pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo da mesma são exercidos conjuntamente com a Sécil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)		
ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00

Nota 6. Empresas Participadas

As empresas em que o Grupo detém uma participação inferior a 20%, pelo que não são incluídas no perímetro de consolidação, registadas ao custo deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS (Portugal)		
CEVALOR	CEVALOR - CENTRO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS Estrada Nacional 4, Km 158 7150 - 208 Lisboa	10,00
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)		
ECOMETAIS	SOCIEDADE DE TRATAMENTO E RECICLAGEM, S.A. Av. Siderurgia Nacional, nº 1, Edifício S.N. 2840 Seixal	2,50
ÁREA INTERNACIONAL - ESPANHA		
AMINSA	APLICACIONES MINERALES, S.A. Ayto. de Valle de Oca, Camino Fuente Herrero, s/n 09 258 Cuevacardiel – Burgos	11,94
CEMENTOS LEMONA	CEMENTOS LEMONA, S.A. Alameda de Urquijo, 10 – 2º 48 008 Bilbao	19,21

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – GRUPO

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CEMENTOS PORTLAND	CEMENTOS PORTLAND, S.A Pamplona	0,36
ÁREA INTERNACIONAL - EGIPTO		
UCF	United Company For Foundries 20, EL – Gazayer Street Now Naadi - Cairo	13,47
ASCOM	ASCOM 26, Road 265 New Maadi - Cairo	9,62
ASEMPRO	ASEMPRO 5, Street 260 New Maadi - Cairo	9,62
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES		
NEFELE	COMPANHIA INDUSTRIAL DE SIENITOS NEFELÍNICOS, S.A. Serro da Cabeça Alta - Apartado 45 8101 Loulé Codex	10,00

Nota 7. Número médio de pessoal

O número médio de empregados ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, foi o seguinte:

Número médio de empregados por áreas de negócio	2003	2002
Serviços centrais	137	121
Portugal	1.825	1.891
Holding	43	30
Cimento	845	869
Betões	503	550
Agregados	250	262
Argamassas e gessos	29	26
Outras actividades	155	154
Internacional	4.068	3.845
Espanha	919	727
Marrocos	259	255
Tunísia	249	241
Egipto	734	1.076
Brasil	1.084	1.010
Moçambique	531	536
África do Sul	292	-
Outras actividades	-	2
Total	6.030	5.859

Nota 10. Diferenças de Consolidação

O saldo desta rubrica representa as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas (ajustados pelos valores atribuídos aos activos e passivos adquiridos), na data da sua aquisição. As diferenças provenientes da primeira consolidação encontram-se relevadas nos capitais próprios.

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2003 na rubrica “Diferenças de consolidação” foram como segue:

Movimentos/filiais	Diferenças de consolidação
Saldo inicial	1.256.458,4
Aumentos	
C.C.B.	5.988,7
N.P.C.	323,5
Cementos El Monte	107,0
	6.419,2
Reduções	
Cim. Moçambique (registo de goodwill negativo)	(2.484,1)
Nuno Mesquita Pires	(922,0)
	(3.406,1)
Saldo final	1.259.471,5

O aumento ocorrido nas diferenças de consolidação associadas à CCB corresponde: (i) ao efeito da valorização do Real Brasileiro sobre as diferenças de aquisição registadas nas respectivas demonstrações financeiras (5.315,1 milhares de euros), relacionadas, essencialmente, com a aquisição no exercício de 2002 da participação na Cimentos Brumado; e, (ii) à diferença apurada na aquisição adicional de 1,23% do respectivo capital. Os aumentos do goodwill na N.P.C. e Cementos El Monte resultaram de correcções aos respectivos custos de aquisição.

O registo de goodwill negativo em relação à Cimentos de Moçambique deriva do incremento da participação em 14,41 %, decorrente de um aumento de capital não subscrito pelos accionistas minoritários cujo custo ascendeu a 11.664,2 milhares de euros. A redução do goodwill na Nuno Mesquita Pires resulta da alienação de 10,08 % do respectivo capital, por 1.580,0 milhares de euros.

Amortizações do *goodwill*

O *goodwill* decorrente da aquisição de partes sociais em empresas do grupo e associadas é amortizado no período estimado de recuperação dos investimentos realizados, o qual varia entre cinco e vinte anos.

O *goodwill* negativo na Cimentos de Moçambique é amortizado em dez anos, que se estima corresponder ao período de vida útil médio das imobilizações corpóreas dessa filial.

Nota 15. Consistência na Aplicação de Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo (Nota 23) foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação. Nos casos em que estas últimas utilizam critérios diferentes dos do Grupo, com efeitos materialmente relevantes, foram feitos os necessários ajustamentos de uniformização.

Nota 18. Método de Relevação das Participações em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas, excepto as referidas na Nota 4, estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o valor contabilístico (custo de aquisição) mencionadas em rubricas apropriadas, como abaixo se discrimina.

Associadas	Custo de aquisição	Diferença de aquisição	Ganhos e perdas em empresas associadas	Ajustamentos de partes capital	Resultados transitados	Investimento Financeiro (Nota 27)	Provisão (Nota 46)
Grupo Cimentos							
Madeira	748,2	-	616,9	1.663,8	1.696,0	4.724,9	-
Semapa	116.879,7	(73.336,9)	1.632,9	(1.031,5)	(276,2)	43.868,0	-
Cimentos Antequera	6.161,1	(4.816,6)	86,6	-	212,5	1.643,6	-
Outros	<u>4.764,1</u>	<u>(2.287,7)</u>	<u>(6,8)</u>	<u>(639,2)</u>	<u>(658,6)</u>	<u>1.336,6</u>	<u>(164,8)</u>
Total	<u>128.553,1</u>	<u>(80.441,2)</u>	<u>2.329,6</u>	<u>(6,9)</u>	<u>973,7</u>	<u>51.573,1</u>	<u>(164,8)</u>

As responsabilidades decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos, encontram-se registadas na Provisão para riscos e encargos (Nota 46).

Nota 21. Compromissos Financeiros**Cimpor Indústria - Fundo de Pensões**

Decorrente da aprovação, pelo Instituto de Seguros de Portugal, de um pedido de alterações ao plano de pensões complementares de reforma e sobrevivência de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados da Cimpor Indústria, passaram a coexistir dois planos de pensões aplicáveis aos respectivos empregados, em função da sua data de admissão para o quadro efectivo, conforme se indica:

- Os empregados com data de admissão no quadro efectivo anterior a 31 de Dezembro de 1998 são abrangidos pelo plano de pensões não contributivo de benefício definido (a menos que tenham optado, até 31 de Dezembro de 2002, por transitar para o outro plano);
- Os empregados admitidos no quadro efectivo após 1 de Janeiro de 1999 são abrangidos por um plano de contribuição definida, com possibilidade de contribuição por parte dos participantes.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos foram transferidas para o Fundo de Pensões CIMPOR, cuja gestão está a cargo de uma entidade independente e especializada, sendo apuradas semestralmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes (o último estudo disponível reporta-se a 30 de Junho de 2003).

O estudo reportado a 30 de Junho de 2003 utilizou a metodologia denominada por “Projected Unit Credit” e assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa técnica actuarial	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados em 30 de Junho de 2003 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV80

De acordo com o referido estudo actuarial, o custo com complementos de pensões de reforma do semestre findo em 30 de Junho de 2003, pode ser detalhado como segue:

	2003
Custo dos serviços correntes	305,1
Custo dos juros sobre o passivo	1.932,9
Retorno real dos activos do plano	(2.334,1)
Ganhos e perdas actuariais	(10.572,4)
Total do agregado	<u>(10.668,5)</u>

O valor dos ganhos e perdas actuariais está influenciado por uma rectificação à avaliação das responsabilidades actuariais dos empregados reformados em 31 de Dezembro de 2002 no montante de 11.292,9 milhares de euros (Nota 45).

Conforme referido anteriormente, as responsabilidades pelo pagamento dos benefícios sociais supra descritos foi transferida para um fundo de pensões autónomo, para o qual a Empresa (e, indirectamente, as empresas relacionadas com empregados vinculados) faz contribuições regulares, tendentes a cobrir essas responsabilidades. Em 30 de Junho de 2003, o diferencial entre o valor actual dessas responsabilidades e o valor de mercado dos activos do fundo, era o seguinte:

	2003
Empregados reformados:	
Valor actual das pensões em pagamento	50.217,9
Empregados no activo:	
Valor actual das responsabilidades com serviços passados	16.033,0
	<u>66.250,9</u>
Valor de mercado dos activos do fundo	63.016,7
Responsabilidades não financiadas	<u><u>3.234,2</u></u>

Em 30 de Junho de 2003, as responsabilidades não cobertas pelos activos do Fundo de Pensões CIMPOR, de 3.234,2 milhares de euros, encontram-se evidenciadas em rubrica específica de “Acréscimos de custos” (Nota 53).

No semestre findo em 30 de Junho de 2003, foram registados custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida, no montante de 322,2 milhares de euros.

Cimpor Indústria - Benefícios complementares (Assistência na doença)

A Cimpor Indústria mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e de Segurança Social, participando, ao abrigo do disposto no respectivo regulamento de Benefícios Complementares, em vigor desde 1 de Outubro de 1995, nas despesas de saúde dos empregados a ela vinculados (trabalhadores no activo, pré-reformados, reformados e respectivos familiares elegíveis). O referido regulamento configura um plano de benefícios definidos, para o qual não se encontra constituído qualquer fundo destinado a financiar as referidas responsabilidades.

A gestão dos cuidados de saúde contemplados no Regulamento assenta num esquema de adiantamentos e reembolsos geridos directamente pela Cimpor Indústria.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidas, são apuradas semestralmente com base em estudos actuariais elaborados por peritos independentes.

O estudo realizado a 30 de Junho de 2003 assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de desconto	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos	5,00%
Idade normal de reforma	65 anos
Agregado familiar médio:	
Activos	2
Não activos	2
Custo per capita	300 Euros

Em 30 de Junho de 2003 encontra-se constituída uma provisão para outros riscos e encargos, de 11.224,1 milhares de euros (Nota 46), composta como segue:

- Responsabilidades com serviços passados dos empregados já reformados, de 5.890,0 milhares de euros;
- Responsabilidades com serviços passados dos empregados no activo, de 5.334,1 milhares de euros.

A evolução da responsabilidade face a 31 de Dezembro de 2002, compõe-se como segue:

Custo dos serviços correntes	126,9
Custo dos juros	268,3
Ganhos e perdas actuariais	224,3
	619,5
Benefícios pagos durante o semestre	(210,3)
	409,2

Responsabilidades por pensões e benefícios complementares em outras empresas

Existem noutras empresas do Grupo planos de benefícios de reforma, relativos a complemento de pensões e benefícios complementares de assistência na doença. As responsabilidades inerentes a estes planos são semestralmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no período o custo determinado por esses estudos.

Em 30 de Junho de 2003, a situação agregada destes planos pode ser apresentada do seguinte modo:

Valor actual das responsabilidades projectadas	3.404,8
Responsabilidades não financiadas	1.753,9
Custo do semestre	226,7

As responsabilidades não financiadas encontram-se registadas nas rubricas “Provisões para outros riscos e encargos” (Nota 46) e “Acréscimos de custos” (Nota 53), pelos montantes de 950,4 milhares de euros e 803,5 milhares de euros, respectivamente.

Outros compromissos

De referir a existência, no âmbito do Grupo, de compromissos financeiros referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, dos quais se destacam os montantes de 8.395,8 milhares de euros na área de negócios de Portugal, 11.265,7 milhares de euros na área de negócios da Tunísia, 3.098,8 milhares de euros na área de negócios do Brasil e 29.323,6 milhares de euros na área de negócios do Egipto.

Todos os compromissos financeiros, incluindo as letras descontadas, estão relevados no Balanço em rubricas apropriadas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS,S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

Nota 22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 30 de Junho de 2003, as empresas do grupo tinham prestado perante terceiros fianças e garantias bancárias no montante de 92.612,9 milhares de euros.

Nota 23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

Complementarmente, o Grupo tem vindo a aplicar a Norma Internacional de Contabilidade nº. 25 - Contabilização dos Investimentos Financeiros.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas do Grupo referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de “Interesses Minoritários” (Nota 55).

A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método, foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções na referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as diferenças de consolidação, as quais são amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos realizados (que varia entre cinco e vinte anos), e as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas em três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) *Imobilizações corpóreas*

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os subsídios ao investimento são apresentados em proveitos diferidos e reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados ao longo da sua vida útil estimada, do que resultam taxas compreendidas nos limites previstos na legislação fiscal portuguesa. Excepto para os equipamentos adquiridos após 31 de Dezembro de 1988 em Portugal, aos quais se aplicam as taxas degressivas, são utilizadas as quotas constantes. Em ambos os métodos são calculadas dotações anuais no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento.

As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outras imobilizações corpóreas	2 - 10

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são amortizados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações a bens de várias categorias são amortizadas de acordo com o acréscimo de vida útil que se estima venha a decorrer das referidas benfeitorias e beneficiações.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 3 e 18) encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, excepto os títulos de dívida pública e outros cotados na Bolsa de Valores, os quais se encontram registados ao valor de mercado.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos sob contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, estão reflectidos no balanço consolidado, sendo amortizados de acordo com as taxas referidas na alínea b) anterior. As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros.

e) *Existências*

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção. O critério de movimentação das saídas é o do custo médio.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, a diferença é expressa na provisão para depreciação de existências, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

f) *Provisões*

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

g) *Activos e passivos em moedas estrangeiras*

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no semestre são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial":

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

h) *Conversão das demonstrações financeiras*

A conversão das demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira, é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De forma consistente com exercícios anteriores, na área de negócios de Moçambique os saldos das rubricas de imobilizado e de capital próprio são mantidos ao câmbio histórico em dólares americanos, sendo as diferenças cambiais apuradas na conversão dos activos e passivos monetários registadas como resultado financeiro do período.

i) Títulos negociáveis

São relevados ao valor de mercado.

j) Responsabilidades por complemento de pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística em 21 de Maio de 1997. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, conforme previsto pela referida directriz, com base nos valores determinados pelo estudo actuarial (Nota 21).

k) Assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº19. O valor presente das obrigações de benefícios definidos encontram-se, na sua totalidade, expressos na rubrica de “Provisões para riscos e encargos”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

l) Imposto sobre o rendimento

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

m) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados na medida em que os activos reavaliados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, estes valores não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

n) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais em vigor em Portugal, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, têm vindo a ser constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões dos estudos de recuperação paisagística.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas ou, caso as mesmas não sejam suficientes, ao reconhecimento nesse mesmo período dos custos incorridos.

o) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Nota 24. Cotações

As cotações utilizadas em 30 de Junho de 2003 e 2002, para converter para euros os activos e passivos e os custos e proveitos expressos em moeda estrangeira (Nota 23, alíneas g) e h)), foram as seguintes:

Divisas	Câmbio fecho 2003	Câmbio fecho 2002	Câmbio Médio 2003	Câmbio Médio 2002
USD	1,1427	0,9975	1,1049	0,9063
MAD	10,8496	10,5146	10,8924	10,2916
BRL	3,2887	2,7772	3,6342	2,2344
TND	1,4609	1,3662	1,4803	1,3191
MZM	26.664,2	23.303,9	23.069,4	23.868,0
EGP	6,8733	4,6113	6,2430	4,1902
ZAR	8,5422	-	8,8738	-

Nota 25. Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento respeitam essencialmente aos custos incorridos com a elaboração de estudos relacionados com o desenvolvimento de novos mercados. São amortizadas em três anos, pelo método de quotas constantes, com início no ano da sua efectivação.

Nota 27. Activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003 no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, tais como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, podem ser resumidos do seguinte modo:

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Efeito cambial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	8.225,4	220,5	-	1.735,7	(1,8)	14,7	10.194,5
Despesas de investigação e desenvolvimento	27.069,8	(399,1)	-	256,4	-	(9.774,1)	17.153,0
Propriedade industrial e outros direitos	7.111,8	496,4	-	420,8	(6,9)	150,3	8.172,4
Imobilizações em curso	81,1	0,6	-	200,6	-	16,5	298,8
Diferenças de consolidação	<u>1.256.458,4</u>	<u>5.315,1</u>	<u>(2.484,1)</u>	<u>1.104,1</u>	<u>(922,0)</u>	<u>-</u>	<u>1.259.471,5</u>
Total	<u>1.298.946,5</u>	<u>5.633,5</u>	<u>(2.484,1)</u>	<u>3.717,6</u>	<u>(930,7)</u>	<u>(9.592,6)</u>	<u>1.295.290,2</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	212.774,7	(5.105,6)	-	327,3	(72,8)	(181,1)	207.742,5
Edifícios e outras construções	1.095.975,8	(12.855,9)	-	606,7	(1.676,0)	2.331,7	1.084.382,3
Equipamento básico	2.631.993,8	(72.044,9)	-	4.730,6	(3.730,2)	3.177,4	2.564.126,7
Equipamento de transporte	72.873,1	(2.280,6)	-	313,4	(1.292,6)	697,2	70.310,5
Ferramentas e utensílios	6.918,4	(395,0)	-	27,6	(3,9)	204,7	6.751,8
Equipamento administrativo	42.593,0	170,9	-	557,8	(124,1)	335,3	43.532,9
Taras e vasilhame	134,2	-	-	-	-	-	134,2
Outras imobilizações corpóreas	8.391,4	(42,5)	-	22,7	(332,9)	38,3	8.077,0
Imobilizações em curso	103.832,4	(12.913,0)	-	54.529,9	(1.803,3)	19.381,7	163.027,7
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	<u>47.683,7</u>	<u>(10.068,4)</u>	<u>-</u>	<u>13.363,7</u>	<u>-</u>	<u>(27.653,5)</u>	<u>23.325,5</u>
Total	<u>4.223.170,5</u>	<u>(115.535,0)</u>	<u>-</u>	<u>74.479,7</u>	<u>(9.035,8)</u>	<u>(1.668,3)</u>	<u>4.171.411,1</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	54.124,5	-	(2.194,6)	86,6	(443,4)	-	51.573,1
Partes de capital em outras empresas participadas	58.313,2	-	2.186,9	494,8	(5.923,5)	29,7	55.101,1
Empréstimos outras empresas participadas	426,3	54,8	-	-	-	-	481,1
Títulos e outras aplicações financeiras	13.309,9	(732,4)	-	351,1	(91,6)	(17,9)	12.819,1
Outros empréstimos concedidos	<u>169,8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9,4)</u>	<u>-</u>	<u>160,4</u>
Total	<u>126.343,7</u>	<u>(677,6)</u>	<u>(7,7)</u>	<u>932,5</u>	<u>(6.467,9)</u>	<u>11,8</u>	<u>120.134,8</u>

Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo inicial	Efeito cambial	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	6.411,5	176,9	925,8	(1,8)	(41,4)	7.471,0
Despesas de investigação e desenvolvimento	26.634,4	(384,6)	78,2	-	(9.628,3)	16.699,7
Propriedade industrial e outros direitos	3.241,7	281,4	501,9	(6,4)	-	4.018,6
Diferenças de consolidação	300.123,4	392,1	32.931,4	-	-	333.446,9
Total	336.411,0	465,8	34.437,3	(8,2)	(9.669,7)	361.636,2
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	30.441,2	(123,0)	1.401,4	-	-	31.719,6
Edifícios e outras construções	777.394,4	(5.691,9)	13.375,8	(1.559,3)	0,4	783.519,4
Equipamento básico	2.010.703,5	(33.014,3)	45.275,9	(3.226,2)	(156,9)	2.019.582,0
Equipamento de transporte	61.001,0	(2.213,7)	2.338,4	(1.067,4)	(80,8)	59.977,5
Ferramentas e utensílios	5.378,7	(262,6)	252,2	(3,9)	143,4	5.507,8
Equipamento administrativo	32.010,0	8,3	1.911,8	(89,5)	(45,5)	33.795,1
Taras e vasilhame	116,2	-	0,1	-	0,1	116,4
Outras imobilizações corpóreas	5.994,5	(42,9)	291,3	(332,9)	(143,6)	5.766,4
Total	2.923.039,5	(41.340,1)	64.846,9	(6.279,2)	(282,9)	2.939.984,2
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em outras empresas participadas	4.054,0	-	-	(94,3)	-	3.959,7
Empréstimos a outras empresas participadas	336,6	43,4	-	-	-	380,0
Títulos e outras aplicações financeiras	5.179,2	(30,3)	20,1	-	-	5.169,0
Total	9.569,8	13,1	20,1	(94,3)	-	9.508,7

Conforme referido na Nota 23 b), as amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas com base nas dotações anuais com início no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento dos bens. Desta forma, as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2003, incluem 4.560,3 milhares de euros correspondente à estimativa de amortização para aquele período relativo aos bens que, de acordo com o plano de investimento, se prevê serem adquiridos ou entrarem em funcionamento até 31 de Dezembro de 2003.

Nota 33. Dívidas a Terceiros a Longo Prazo

Para além das evidenciadas na Nota 56, existem noutras rubricas do passivo dívidas a terceiros com prazo de vencimento superior a cinco anos no montante aproximado de 7.800,0 milhares de euros.

Nota 36. Relato por Segmentos

Segmentos geográficos

O Grupo Cimpor desenvolve a sua actividade em diversos mercados geográficos. A principal informação, em 30 de Junho de 2003, relativa a cada um destes mercados é a seguinte:

	PORTUGAL	ESPANHA	BRASIL	ÁFRICA DO SUL	TUNÍSIA	MARROCOS	EGIPTO	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
RÉDITOS										
Vendas externas	277.670,7	142.915,1	106.298,3	30.167,9	27.392,3	26.152,0	25.540,0	18.131,0	-	654.267,3
Vendas inter-segmentais	18.537,6	257,5	-	-	-	-	-	3.045,8	(21.840,9)	-
Réditos totais	296.208,3	143.172,6	106.298,3	30.167,9	27.392,3	26.152,0	25.540,0	21.176,8	(21.840,9)	654.267,3
Resultados operacionais externos	49.865,3	40.405,3	30.216,7	8.363,3	1.481,3	7.972,0	(4.692,5)	2.700,0	-	136.311,4
Resultados operacionais inter-segmentais	16.499,4	(15.616,9)	-	(108,5)	(996,3)	(713,9)	(251,9)	1.188,1	-	-
Resultados operacionais totais	66.364,7	24.788,4	30.216,7	8.254,8	485,0	7.258,1	(4.944,4)	3.888,1	-	136.311,4
Resultados financeiros externos	9.322,6	(14.424,7)	(3.917,4)	657,6	(266,0)	(45,3)	(2.294,0)	(8.447,8)	-	(19.415,0)
Resultados financeiros inter-segmentais	(123,6)	(8.857,0)	(1.630,3)	-	-	-	-	10.610,9	-	-
Resultados financeiros totais	9.199,0	(23.281,7)	(5.547,7)	657,6	(266,0)	(45,3)	(2.294,0)	2.163,1	-	(19.415,0)
Ganhos-perdas em associadas	2.243,0	86,6	-	-	-	-	-	-	-	2.329,6
Impostos s/ os lucros	(34.363,2)	3.900,7	(7.408,7)	(3.389,2)	848,4	(2.117,0)	942,8	(233,8)	-	(41.820,0)
Resultados de actividades ordinárias	43.443,5	5.494,0	17.260,3	5.523,2	1.067,4	5.095,8	(6.295,6)	5.817,4	-	77.406,0
Resultados extraordinários externos	14.279,2	1.856,4	210,5	23,8	631,3	(225,0)	250,5	(145,7)	-	16.881,0
Resultados extraordinários inter-segmentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados extraordinários totais	14.279,2	1.856,4	210,5	23,8	631,3	(225,0)	250,5	(145,7)	-	16.881,0
Interesses minoritários	1.691,5	70,6	48,7	-	-	1.935,5	(57,2)	335,8	-	4.024,9
Resultado líquido	56.031,2	7.279,8	17.422,1	5.547,0	1.698,7	2.935,3	(5.987,9)	5.335,9	-	90.262,1
OUTRAS INFORMAÇÕES										
Activos do segmento	783.353,5	586.762,2	879.721,0	153.572,3	189.125,7	92.714,4	408.227,6	99.652,6	-	3.193.129,3
Activos inter-segmentais	794.848,7	(87.013,6)	-	266,6	-	62,7	390,9	475.424,9	(1.183.980,2)	-
Investimento em associadas (Equity)	49.918,7	1.654,4	-	-	-	-	-	-	-	51.573,1
Passivos do segmento	397.687,3	1.068.146,2	78.873,5	20.945,3	38.053,1	18.163,4	117.062,7	459.112,4	-	2.198.043,9
Passivos inter-segmentais	(703.613,1)	(415.393,8)	(29.642,3)	-	835,3	(148,3)	(33.374,2)	(2.643,8)	1.183.980,2	-
Dispêndios de capital Fixo	16.248,3	9.464,6	13.316,4	696,1	4.069,0	1.879,9	31.676,5	846,5	-	78.197,3
Amortizações	33.634,6	15.469,2	25.528,1	4.575,6	5.912,8	3.948,1	12.135,2	2.661,0	-	103.864,6
Outros gastos não desembolsados (provisões)	4.288,9	1.097,7	369,5	150,2	108,1	-	480,5	600,0	-	7.094,9

Na generalidade dos mercados geográficos, a actividade desenvolvida enquadra-se, essencialmente, em três áreas de negócio. Por segmento de negócio, a principal informação, em 30 de Junho de 2003, é a seguinte:

Segmentos de negócio

Segmentos de negócio	Vendas externas	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	474.002,5	2.433.800,7	72.364,1
Betões e agregados	161.544,8	261.070,0	3.229,1
Outros	18.720,0	498.258,6	2.604,1
Total	654.267,3	3.193.129,3	78.197,3

Nota 38. Impostos Diferidos

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento (Nota 23, alínea I)).

A conciliação do encargo de imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2003, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentada do seguinte modo:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	136.107,0	
Diferenças permanentes	30.764,2	
	166.871,2	
Encargo normal de imposto		55.067,5
Benefícios fiscais, diferenças de taxas e outros		(13.247,5)
Encargo do período		41.820,0

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a amortização de *goodwill*, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial e a variação de provisões para riscos fiscais.

A composição do encargo de imposto do período pode ser apresentada do seguinte modo:

Imposto corrente	14.796,1
Imposto diferido por constituição ou reversão de diferenças temporárias do período	26.512,0
Regularizações diversas	511,9
Encargo do período	<u>41.820,0</u>

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no semestre, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Imposto s/rendimento	Efeito cambial	Saldo final
Activos por Impostos diferidos:				
Reavaliações e ajustes às imobilizações	54.348,4	(792,4)	1.159,3	54.715,3
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	8.337,5	(1.906,5)	(3,4)	6.427,6
Provisões para riscos e encargos	8.586,5	223,2	(317,7)	8.492,0
Provisões para depreciação de existências	3.035,0	(309,0)	(197,1)	2.528,9
Outras provisões	2.759,8	1.084,8	(6,1)	3.838,5
Outros	11.472,5	(6.545,3)	362,1	5.289,3
Prejuízos reportáveis	<u>53.510,9</u>	<u>(21.176,3)</u>	<u>13.089,9</u>	<u>45.424,5</u>
	<u>142.050,6</u>	<u>(29.421,5)</u>	<u>14.087,0</u>	<u>126.716,1</u>
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações e ajustes às imobilizações	102.825,7	(4.172,4)	(15.666,4)	82.986,9
Investimentos financeiros	9.997,8	1.180,9	-	11.178,7
Reinvestimento de mais-valias	962,0	(169,0)	-	793,0
Outros	<u>2.979,1</u>	<u>251,0</u>	<u>659,8</u>	<u>3.889,9</u>
	<u>116.764,6</u>	<u>(2.909,5)</u>	<u>(15.006,6)</u>	<u>98.848,5</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>25.286,0</u>	<u>(26.512,0)</u>	<u>29.093,6</u>	<u>27.867,6</u>

Estima-se que os impostos diferidos que irão ser revertidos a médio e longo prazo, ascendam, aproximadamente, a 60.252,0 milhares de euros de impostos diferidos activos e a 90.376,5 milhares de euros de impostos diferidos passivos.

Nota 39. Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no semestre findo em 30 de Junho de 2003, foram, em milhares de euros:

	Remunerações
Conselho de Administração	868,0
Conselho Fiscal	25,7
Total	<u>893,7</u>

Nota 41. Reavaliações - Diplomas Legais

As imobilizações corpóreas das empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, foram reavaliadas, ao longo de vários exercícios, ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

Nota 42. Quadro das Reavaliações

O efeito das reavaliações de activos imobilizados, líquidos de amortizações, efectuadas pelas empresas incluídas na consolidação é o seguinte:

Imobilizações	Custo histórico	Reavaliação	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	159.199,7	16.823,2	176.022,9
Edifícios e outras construções	245.383,5	55.479,4	300.862,9
Equipamento básico	543.708,7	836,0	544.544,7
Equipamento de transporte	10.333,0	-	10.333,0
Ferramentas e utensílios	1.244,0	-	1.244,0
Equipamento administrativo	9.707,3	30,5	9.737,8
Taras e vasilhame	17,8	-	17,8
Outras imobilizações corpóreas	2.310,6	-	2.310,6
Total	<u>971.904,6</u>	<u>73.169,1</u>	<u>1.045.073,7</u>

A diferença entre o saldo da rubrica “Reservas de reavaliação” e o valor supra indicado (4.226,6 milhares de euros) corresponde à parcela daquele valor entretanto incorporada em capital.

Nota 44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2003	2002
Juros suportados	36.135,1	30.852,3
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	79,0	598,3
Amortizações de investimentos em imóveis	20,1	20,1
Diferenças de câmbio desfavoráveis	16.996,7	13.392,9
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.479,2	1.631,0
Perdas na alienação de aplicações tesouraria	-	175,1
Outros custos e perdas financeiros	7.722,9	4.744,0
	<u>62.433,0</u>	<u>51.413,7</u>
Resultados financeiros	<u>(17.085,4)</u>	<u>(7.460,4)</u>
Total	<u>45.347,6</u>	<u>43.953,3</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	13.786,9	12.589,2
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	2.408,6	671,8
Rendimentos de imóveis	314,4	325,5
Rendimentos de participações de capital	1.952,2	1.855,3
Diferenças de câmbio favoráveis	13.238,8	9.768,1
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.123,6	586,4
Ganhos na alienação de aplicações tesouraria	5.419,8	13.813,8
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.103,3	4.343,2
Total	<u>45.347,6</u>	<u>43.953,3</u>

Nota 45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2003	2002
Donativos	425,7	436,4
Dívidas incobráveis	205,0	396,7
Perdas em existências	84,7	215,2
Perdas em imobilizações	441,8	692,4
Multas e penalidades	113,1	72,1
Aumentos de amortizações e provisões	30,6	24.856,2
Correcções relativas a exercícios anteriores	346,5	546,3
Outros custos e perdas extraordinários	4.010,6	9.681,4
	<u>5.658,0</u>	<u>36.896,7</u>
Resultados extraordinários	<u>16.881,0</u>	<u>(8.950,2)</u>
Total	<u>22.539,0</u>	<u>27.946,5</u>
Proveitos e ganhos		
Recuperação de dívidas	87,6	3.319,6
Ganhos em existências	751,6	143,7
Ganhos em imobilizações	2.597,3	7.198,8
Benefícios de penalidades contratuais	31,3	15,6
Reduções de amortizações e provisões	5.530,0	11.996,4
Correcções relativas a exercícios anteriores	134,6	285,8
Outros proveitos e ganhos extraordinários	13.406,6	4.986,6
Total	<u>22.539,0</u>	<u>27.946,5</u>

Os outros proveitos e ganhos extraordinários incluem 11.292,9 milhares de euros correspondentes à rectificação das responsabilidades actuariais, conforme referido na Nota 21.

Nas reduções de amortizações e provisões estão registados os efeitos da utilização e redução de várias provisões que tinham sido constituídas em anos anteriores, para fazer face a responsabilidades com reestruturações, riscos de cobranças duvidosas, e outros riscos diversos.

Nota 46. Movimentos em Provisões

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Provisões	Saldo inicial	Efeito cambial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo final
Provisões para títulos negociáveis	1.187,4	-	-	-	3.210,2	4.397,6
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	66.270,8	(323,0)	2.019,9	3.467,2	(3.224,4)	61.276,1
Provisões para riscos e encargos	118.733,3	(3.178,0)	6.095,4	3.737,0	61,6	117.975,3
Provisões para depreciação de existências	11.940,5	(670,6)	149,1	936,8	-	10.482,2
Provisões para investimentos financeiros	9.569,8	13,1	20,1	94,3	-	9.508,7
Total	207.701,8	(4.158,5)	8.284,5	8.235,3	47,4	203.639,9

A provisão para riscos e encargos é composta por:

Responsabilidades por benefícios de reforma	12.174,5
Provisões para impostos	64.818,4
Provisões para outros riscos e encargos	40.982,4
	<u>117.975,3</u>

Os aumentos nas provisões foram efectuados por contrapartida de:

Provisões do semestre	7.094,9
Custos extraordinários	30,6
Imposto sobre o rendimento	650,8
Custos com o pessoal	409,2
Amortizações de investimentos em imóveis	20,1
Outros	78,9
	<u>8.284,5</u>

Nota 50. Composição do Capital

Em 30 de Junho de 2003, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de 1 euro cada uma, estando representado por duas categorias de acções:

Categorias	%	Nº de Acções
Acções privatizadas não cotadas	10,05	67.527.510
Acções privatizadas e cotadas	89,95	604.472.490

Nota 51. Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aplicação resultados	Movimento ações próprias	Reserva conversão cambial	Reclass. reserva reavaliações	Outras variação	Resultado líquido	Saldo final
					1)			
Capital	672.000,0	-	-	-	-	-	-	672.000,0
Acç. próprias	(19.244,5)	-	1.233,5	-	-	-	-	(18.011,0)
Dif. de consolidação	(13.541,4)	-	-	-	-	-	-	(13.541,4)
Ajust. part. cap. f. assoc	1.199,7	-	-	-	-	(1.206,6)	-	(6,9)
Reservas reavaliação	73.587,3	-	-	-	(4.644,8)	-	-	68.942,5
Reserva legal	58.300,0	8.900,0	-	-	-	-	-	67.200,0
Res. convers. cambial	(353.603,3)	-	-	(17.187,6)	-	-	-	(370.790,9)
Outras reservas	173.944,2	-	35,2	-	-	-	-	173.979,4
Result. transitados	180.371,6	59.350,0	-	-	4.644,8	(1.346,2)	-	243.020,2
Res. líq. do período	176.563,2	(176.563,2)	-	-	-	-	90.262,1	90.262,1
Total	949.576,8	(108.313,2)	1.268,7	(17.187,6)	-	(2.552,8)	90.262,1	913.054,0

1) Montante da reserva de reavaliação realizada no exercício, por uso ou alienação dos bens a que respeita.

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002, foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	107.520,0
Gratificações a empregados	1.650,0
Resultados transitados	58.493,2
Reserva legal	8.900,0
	<u>176.563,2</u>

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 856,8 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 185.000 acções (de valor nominal de cinco euros) ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., e de 242.610 acções (de valor nominal de um euro) a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 3.721,1 milhares de euros, de que resultou o incremento em Outras reservas de 35,2 milhares de euros, bem como a aquisição – no âmbito da gestão corrente da carteira de acções próprias e em cumprimento de uma decisão do Conselho de Administração de recompra, a diversos colaboradores, das acções que lhes haviam sido anteriormente atribuídas – de 142.886 acções.

A 30 de Junho de 2003, a Cimpor detinha um total de 5.531.375 acções próprias.

Nota 52. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de Junho de 2003, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	8.854,3	10.542,9
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.612,0	6.176,9
Impostos sobre o Valor Acrescentado	39.197,5	19.913,7
Contribuições para a Segurança Social	0,7	3.187,8
Outros	3.921,1	4.484,5
	<u>53.585,6</u>	<u>44.305,8</u>

Nota 53. Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de Junho de 2003, o saldo da rubrica de “Acréscimos de custos” inclui 7.574,8, milhares de euros de remunerações a liquidar, 5.155,6 milhares de euros de especializações de encargos financeiros, 4.560,3 milhares de euros de especialização de amortizações (Nota 27), 4.037,7 milhares de euros correspondente ao valor a pagar aos fundos de pensões (Nota 21), sendo o restante o resultado da especialização de outros custos.

Nota 54. Títulos Negociáveis

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Activo bruto	Provisões	Activo líquido
Aplicações de tesouraria em EUR	150.893,0	4.397,6	146.495,4
Aplicações de tesouraria em BRL	72.373,1	-	72.373,1
Aplicações de tesouraria em USD	6.396,7	-	6.396,7
	<u>229.662,8</u>	<u>4.397,6</u>	<u>225.265,2</u>

Nota 55. Interesses Minoritários

Os Interesses minoritários relevados no balanço consolidado em 30 de Junho de 2003 e na demonstração consolidada de resultados do semestre findo naquela data, correspondem à participação de terceiros nos capitais e resultados das seguintes empresas:

	Balanço	Resultados
Grupo Cimpor Internacional	40,4	(1,4)
Grupo Cimentação	1.835,0	209,2
Grupo Cimpor Betão	17.860,1	975,9
Grupo Corporación Noroeste	11.205,0	70,7
Cement Trading Activities	903,6	506,3
Cimentos de Moçambique	17.802,2	321,1
Premap	30,8	16,0
Asment de Temara	26.320,0	1.935,6
Companhia de Cimentos Brasil	878,4	48,7
Amreyah Cement Company	5.155,9	(57,2)
Total	82.031,4	4.024,9

Nota 56. Empréstimos

Os empréstimos, em 30 de Junho de 2003 e 2002, podem ser apresentados como segue:

	Junho 2003	Dezembro 2002
Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações	8.925,8	9.849,1
Dívidas a instituições de crédito	1.244.402,4	949.084,9
Outros empréstimos obtidos	9.506,1	9.630,8
	1.262.834,3	968.564,8
Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	423.563,0	552.072,1
Outros empréstimos obtidos	188,2	304,8
	423.751,2	552.376,9
Total	1.686.585,5	1.520.941,7

As dívidas a instituições de crédito consistem essencialmente em:

Médio e longo prazo

Tipo de Empréstimo	Moeda	Taxa de Juro	Valor
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,50%	300.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	250.000,0
U.S. Private Placements	USD	4,90%	216.723,6
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	189.006,4
U.S. Private Placements	USD	4,75%	127.986,3
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,60%	50.000,0
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	43.756,0
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	26.188,3
Crédito Bilateral	BRL	Diversas	15.024,9
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,575%	3.125,0
Diversos	-	-	22.591,9
			1.244.402,4

Curto prazo

Tipo de Empréstimo	Moeda	Taxa de Juro	Valor
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	189.006,5
Papel Comercial (*)	EUR	Euribor + 0,25%	112.000,0
Descobertos	EUR		49.869,9
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	43.756,0
Crédito Bilateral	USD	Libor + 0,75%	9.609,9
Crédito Bilateral	BRL	Diversas	2.122,7
Diversos	-	-	17.198,0
			423.563,0

(*) Refere-se a dois programas, de 150 milhões de euros, de que é emitente a Cimpor Indústria, S.A., e um outro do mesmo montante de que é emitente a Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Ambos os programas são em regime de renovação anual, com maturidades, respectivamente, em Fevereiro de 2008 e em Abril de 2008.

Em 30 de Junho de 2003, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valores em divisas	Valores em euros
EUR	-	1.155.555,4
USD	525.168,6	450.747,0
EGP	260.276,7	37.867,8
MZM	259.922.894,9	9.748,0
BRL	56.393,1	17.147,6
ZAR	65.794,9	7.702,3
MAD	54.088,8	4.985,3
TND	4.137,5	2.832,1
		<u>1.686.585,5</u>

Em 30 de Junho de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso definido:

Ano	Montante
2004	261.615,9
2005	309.867,9
2006	138.292,2
2007	135.179,2
2008	66.584,9
2009 e segs.	351.294,2
	<u>1.262.834,3</u>

Os principais condicionalismos financeiros relacionados com os empréstimos existentes em 30 de Junho de 2003 são como segue:

Notações de *Rating*

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão prevêm a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de Empresas Participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos o controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, SA. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Holding para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

A 30 de Junho de 2003, as cartas de conforto prestadas pela Holding e outras filiais ascendiam a 241.375,9 milhares de euros.

Financial Covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida Líquida / EBITDA
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros)

O rácio Dívida Líquida/ Capitais Permanentes existe igualmente nos instrumentos de dívida cuja maturidade ocorrerá em Junho de 2005.

Em 30 de Junho de 2003, todos os rácios referidos encontravam-se dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative Pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative Pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superior a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross Default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

Nota 58. Imposto sobre o Rendimento

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontra-se sujeita a Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Notas 23, alínea I) e 38).

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90% e localizadas em Portugal encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 64º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e, para a Segurança Social, de cinco anos (dez anos até 2000, inclusive), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1998, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações de imobilizado corpóreo.

O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto (a ser devido) é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

A contingência destas situações encontra-se provisionada em rubrica específica de “Provisões para outros riscos e encargos”.

Nota 59. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 30 de Junho de 2003 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivativos destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

Riscos de taxa de juro

Em 30 de Junho de 2003, o Grupo tem contratados os seguintes derivados de taxa de juro com instituições financeiras, com o objectivo de controlar o nível dos encargos financeiros futuros, privilegiando estruturas que incorporem a componente de taxa fixa pura ou mista (taxa fixa/variável):

	Montante	Tipo de Operação	Maturidade	Objectivo
1	EUR 250.000.000	Venda de Floor sobre 10Y USD CMS	2009	Cobertura de 53% da tranche EUR do Empréstimo Sindicado 2000-2005
2	EUR 250.000.000	Taxa fixa com Swaption para taxa variável	2009	
3	USD 125.000.000	Taxa fixa com venda de Opção para taxa variável	2005	Cobertura de 100% da tranche em USD do Empréstimo Sindicado 2000-2005
4	USD 75.000.000	Venda de Call Swaption	Swaption – 15 Jul 03 Subjacente – 17 Jul 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
5	USD 75.000.000	Venda de Call Swaption	Swaption – 29 Jul 03 Subjacente – 31 Jul 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
6	USD 125.000.000	Venda de Call Swaption	Swaption – 15 Jul 03 Subjacente – 17 Jul 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
7	USD 125.000.000	Venda de Call Swaption	Swaption – 29 Jul 03 Subjacente – 31 Jul 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
8	USD 125.000.000	Venda de Put Swaption	Swaption – 16 Set 03 Subjacente – 18 Set 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
9	USD 125.000.000	Venda de Put Swaption	Swaption – 30 Set 03 Subjacente – 2 Out 2013	Compra parcial de Swaption da operação 2 acima
10	EUR 50.000.000	Taxa fixa com venda de Opção para taxa variável	2009	Cobertura de 100 % do Empréstimo Sindicado 2003-2008
11	EUR 216.723.549	Taxa variável subsidiada	2015	Cobertura de 100 % da tranche de 12 Y dos US Private Placements

Riscos de taxa de câmbio

Por outro lado, existia um conjunto de operações destinadas à cobertura do risco de taxa de câmbio inerente a operações de serviço da dívida em moeda estrangeira e de fluxos financeiros no Grupo, a saber:

	Montante	Tipo de Operação	% de cobertura	Maturidade	Objectivo
1	EUR 1.522.843	Venda Put Option EUR/ZAR	9%	15-Dez-03	Cobertura fluxos NPC
	EUR 761.421	Compra Call Option EUR/ZAR	4%	15-Dez-03	
2	EUR 9.259.259	Compra Call Option EUR/ZAR	58,0%	19-Dez-03	Cobertura fluxos NPC
	EUR 10.000.000	Venda Put Option EUR/ZAR	58,0%	19-Dez-03	
	-EUR 11.764.706	Venda de Call Option EUR/ZAR	-58%	19-Dez-03	
3	EUR 7.441.807	NDF EUR/ZAR	37,5%	29-Set-03	Cobertura de balanço da NPC
4	EUR 36.036.036	NDF EUR/BRL	16,0%	31-Dez-04	Cobertura de balanço da CCB
5	EUR 2.500.000	NDF EUR/TND	50%	07-Jul-03	Cobertura parcial de Investimento na Tunísia
6	USD 150.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD	100%	27-Jun-13	Cobertura de capital e juros referentes tranche de 10Y dos US Private Placements
7	USD 254.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD	100%	27-Jun-15	Cobertura de capital e juros referentes tranche de 12Y dos US Private Placements
8	EUR 20.000.000	Cross-Currency Swap EUR/BRL	100%	17-Jun-05	Cobertura de capital e juros referentes ao 5º FRN concedido pela CFL

Fair value dos Instrumentos Financeiros

Em 30 de Junho de 2003, o *fair value* dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	<i>Fair value</i>
Instrumentos financeiros de cobertura de risco:	
Taxa de juro	(55.282,3)
Taxa de câmbio	335,2

Para os instrumentos cuja especialização é passível de ser calculada, foram efectuados os correspondentes registos contabilísticos.

Nota 60. Planos de Incentivos

A empresa tem em vigor um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

No âmbito da execução do referido *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* foi aprovado na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2003, a venda de acções próprias a administradores e colaboradores do Grupo.

A atribuição aos beneficiários do referido Plano é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a oitenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida. As alienações efectuadas ao abrigo deste Plano no semestre findo em 30 de Junho de 2003 estão expostas na Nota 51 e no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

Na Assembleia Geral Anual foi igualmente aprovada a alienação de acções próprias para a execução do *Plano de Atribuição de Opções de Compra* da Cimpor. Neste Plano, em que a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, é concedido aos beneficiários o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a oitenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

Em 31 de Julho de 2003, foram atribuídas ao abrigo deste Plano as primeiras opções, tendo sido exercidas 194.310 ao preço de 2,84 euros, das quais 66.500 por membros do Conselho de Administração.

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

Nota 61. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 30 de Junho de 2003 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Consolidado.

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Conselho de Administração

Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-02	N.º Títulos 30-06-03	Movimentos em 2003			
				Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	550			550	17,50	06-Mar-03
					3,20	10-Abr-03	
				5.500			
				3.590	2,78	16-Mai-03	
			9.090				
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	100			100	17,50	06-Mar-03
					3,20	10-Abr-03	
				1.000			
				620	2,78	16-Mai-03	
			1.620				
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	100					
					-	08-Abr-03	
				400			
				620	2,78	16-Mai-03	
			1.120				
Jean Carlos Angulo (Engº)	Cimpor	290					
					-	08-Abr-03	
				1.160			
				1.790	2,78	16-Mai-03	
			3.240				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	3.350			490	17,50	06-Mar-03
					1.800	18,50	24-Mar-03
				4.240		-	08-Abr-03
				4.900		3,20	10-Abr-03
				3.050		2,78	16-Mai-03
				13.250			
Luís Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	2.060			460	17,50	06-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				4.500		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
			7.370				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	2.060			460	17,50	07-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				2.300		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
			5.170				
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	9.120			500	17,50	07-Mar-03
					2.400	18,50	24-Mar-03
				24.880		-	08-Abr-03
				5.000		3,20	10-Abr-03
				3.140		2,78	16-Mai-03
				39.240			
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Cimpor	100					
					100	17,50	12-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
			1.620				
Manuel Ferreira (Dr.)	Cimpor	100			100	17,50	06-Mar-03
					3,20	10-Abr-03	
				1.000			
				620		2,78	16-Mai-03
			1.620				

Notas:

As aquisições realizadas nos dias 10 de Abril de 2003 e 16 de Maio de 2003, foram efectuadas no âmbito do “Regulamento sobre a Aquisição de Acções pelos Colaboradores” para os anos de 2002 e 2003.

As aquisições realizadas no dia 8 de Abril de 2003 referem-se à atribuição de cinco acções por cada uma detida, decorrente da alteração do valor nominal das acções de cinco euros para um euro.

As alienações realizadas nos dias 6,7,12 e 24 de Março de 2003 resultaram de propostas do Conselho de Administração, aprovadas pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas conhecidas a 30 de Junho de 2003

Accionistas	Nº de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (1)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (2)	215.570.230	32,08%	32,35%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.375	0,01%	0,01%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	134.318.370	19,99%	20,15%
Por si	67.527.510	10,05%	10,13%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	90.860	0,01%	0,01%
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S.A.	66.703.240	9,93%	10,01%
Por si	66.700.000	9,93%	10,01%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	3.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade por si dominada TDG	3.054.345	0,45%	0,46%
Por si	3.034.345	0,45%	0,46%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	20.000	0,00%	0,00%
TDP, SGPS, S.A.	78.235.000	11,64%	11,74%
Por si	78.225.000	11,64%	11,74%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	10.000	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português	67.200.000	10,00%	10,08%
Lafarge	67.166.120	9,99%	10,08%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.120	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda. dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A. por si controlada	67.165.000	9,99%	10,08%
Cartera Lusitania, S.A.	64.623.890	9,62%	9,70%
Através da sociedade de si dependente Libergeste, SGPS, Lda	64.623.890	9,62%	9,70%
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	60.484.000	9,00%	9,08%
Através da sociedade integralmente por si detida Secilpar, SL Sociedad Unipersonal	57.972.750	8,63%	8,70%
Através de outras sociedades ou membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal não especificados à Cimpor	2.511.250	0,37%	0,38%
Holcim, Ltd	34.224.995	5,09%	5,14%
Através da sociedade sua subsidiária Particim, SGPS, S.A.	34.224.995	5,09%	5,14%
Credit Agricole Lazard Financial Products Bank	29.332.295	4,36%	4,40%
Cementos Molins, S.A.	17.747.065	2,64%	2,66%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	4.360	0,00%	0,00%
Através da sociedade de si dependente Cemolins Internacional, S.L.	17.742.705	2,64%	2,66%

(1) Considerando 5.531.375 acções próprias a 30/06/03.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

Nota: Participações Sociais Qualificadas apresentadas conforme comunicadas oficialmente à sociedade.

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 45
Registo na CMVM nº 232
NIPC 501 829 288
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 13.289

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM **SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL**

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2003, de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), incluída: no relatório de gestão, no balanço consolidado, que evidencia um total de 3.193.129 milhares de Euros e um total de capital próprio de 913.054 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 90.262 milhares de Euros e nas demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e das empresas suas participadas, incluídas na consolidação.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

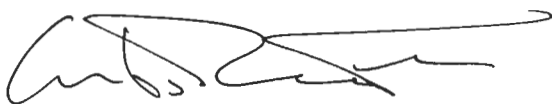
Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código de Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Setembro de 2003



FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire